



Uniprime
cooperativa de crédito

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO

2025

Sumário

Relatório dos Auditores Independentes	03
Relatório da Administração.....	06
Balanço Patrimonial.....	13
Demonstração do Resultado.....	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	16
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	17
Notas Explicativas	
Nota 01 – Contexto operacional.....	18
Nota 02 – Apresentação das demonstrações financeiras.....	18
Nota 03 – Resumo das principais práticas contábeis	20
Nota 04 – Caixa e equivalente de caixa	25
Nota 05 – Títulos e valores mobiliários.....	25
Nota 06 – Relações interfinanceiras	26
Nota 07 – Operações de crédito.....	26
Nota 08 – Outros ativos financeiros.....	28
Nota 09 – Outros ativos não financeiros disponíveis para venda.....	28
Nota 10 – Outros ativos.....	29
Nota 11 – Imobilizado de uso e intangível	29
Nota 12 – Depósitos e recursos por emissões de letras.....	29
Nota 13 – Outras obrigações	30
Nota 14 – Provisão e outras obrigações com instrumentos financeiros.....	31
Nota 15 – Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas.....	31
Nota 16 – Patrimônio líquido.....	31
Nota 17 – Receitas de intermediação financeira	33
Nota 18 – Despesas de intermediação financeira.....	34
Nota 19 – Outras receitas operacionais.....	34
Nota 20 – Outras despesas operacionais	35
Nota 21 – Partes relacionadas.....	36
Nota 22 – Índice de Basiléia	37
Nota 23 – Passivos contingentes	38
Nota 24 – Implementação da resolução CMN Nº 4.966/21	38
Parecer do Conselho Fiscal	40

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**Srs.****Conselheiros, Diretores e Associados da
COOPERATIVA DE CRÉDITO UNIPRIME SUL
Erechim – RS****Opinião sem ressalvas**

Examinamos as demonstrações contábeis da COOPERATIVA DE CRÉDITO UNIPRIME SUL, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações dos resultados, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “*Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis*”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

*BAUER AUDITORES ASSOCIADOS**Belo Horizonte – MG – Rua Bernardo Guimarães, 2717 – Salas 1001 e 1002 – Lourdes – Cep 30.140-082**Fone: (31) 3295-2837, Fax (31) 3295-2815**baueraudidores@baueraudidores.com.br*

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

BAUER AUDITORES ASSOCIADOS

Belo Horizonte – MG – Rua Bernardo Guimarães, 2717 – Salas 1001 e 1002 – Lourdes – Cep 30.140-082

Fone: (31) 3295-2837, Fax (31) 3295-2815

baueraudidores@baueraudidores.com.br

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte - MG, 24 de fevereiro de 2026.

MARIO ORLANDO

Assinado de forma digital por MARIO

ORLANDO BAUER:00332100049

BAUER:00332100049

Dados: 2026.03.10 14:05:40 -03'00'

MÁRIO ORLANDO BAUER

Contador Responsável

CRC/RS 017883/O-T-MG

BAUER AUDITORES ASSOCIADOS

CRCMG 6427

CVM 8613

BAUER AUDITORES ASSOCIADOS

Belo Horizonte – MG – Rua Bernardo Guimarães, 2717 – Salas 1001 e 1002 – Lourdes – Cep 30.140-082

Fone: (31) 3295-2837, Fax (31) 3295-2815

baueraudidores@baueraudidores.com.br

Relatório da Administração

Senhores associados,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Uniprime Sul relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

1. Negócios sociais e principais fatos administrativos ocorridos no período

Fundada há 30 anos como braço financeiro da Unimed Erechim, a Uniprime Sul conta com 3.649 mil cooperados atendidos em suas 05 agências instaladas no Estado do Rio Grande do Sul, R\$ 337,4 milhões de Carteira de Crédito e R\$ 491,9 milhões de Ativos Totais. A qualidade dos nossos cooperados se mantém devido, principalmente, ao relacionamento, à agilidade e à confiança na equipe de colaboradores, que faz o negócio acontecer na prática assegurando sua solidez e perenidade.

Atendimento personalizado, consultoria, eventos de formação e informação vêm fidelizando nosso cooperado, estimulando o pertencimento, reforçando a cooperação e fomentando negócios, comprovado pelo crescimento de 11,36% da Carteira de Crédito.

O interesse pela comunidade, que é um dos princípios do cooperativismo, se efetiva novamente com patrocínio e o apoio a segmentos importantes. Ao longo de 2025, a Uniprime Sul, investiu R\$ 200.729,60 beneficiando 20 entidades das áreas da saúde & medicina, esporte & cultura, educação e social & beneficente.

Marcamos presença na exposição Homo Machina Reloaded, na 4ª Jornada Latino-Americana de Emergências Pediátricas do Hospital de Clínicas e na 29ª Edição do Suergs – Simpósio da Unimed do Estado do Rio Grande do Sul, todos realizados em Porto Alegre; nos 40 anos do Curso de Ciências Contábeis e da Semana Acadêmica da Medicina da URI Erechim e no 3º Meeting Artroplastia de Joelho IOT HSVP, realizado em Passo Fundo.

Datas tradicionais como o Dia do Médico, tiveram eventos exclusivos e de networking realizados na Agência Sede em Erechim e na Agência Porto Alegre. Promovemos, ainda, encontro de prospecção com colaboradores da Unimed Erechim e ações de divulgação no formato de orientações financeiras aos estudantes da URI Câmpus Erechim, que foram realizadas durante a 12ª Semana Nacional de Educação Financeira.

A segurança pública foi apoiada por meio da doação de recursos financeiros para a estruturação do CRPO – Comando Regional de Política Ostensiva, que rendeu Medalha de Mérito à Uniprime Sul no primeiro ano da instituição, que trouxe maior autonomia de gestão à Brigada Militar na Região Alto Uruguai, que abrange 37 municípios.

Nossos dirigentes, gestores e colaboradores participaram de eventos de gestão, como o HSM+, que é o maior da América Latina, e nosso exercício 2025 foi encerrado na 2ª Convenção da Uniprime Sul. O tema foi o planejamento estratégico para o triênio 2026-2028, marcando o início de

um novo ciclo, com foco em excelência, consistência e resultados concretos, com o propósito de chegar a R\$ 1 bilhão de reais em ativos até 2030 por meio de expansão em mercado, tecnologia e protagonismo com a simplificação de processos, de decisões com responsabilidade e do fortalecimento das relações com transparência.

Tendo em vista proporcionar ainda mais segurança ao cooperado, além de ganho em eficiência e escala, a Uniprime Sul reforça o papel do Sistema Uniprime. Operando em dois níveis, por intermédio da Uniprime Central Nacional, disponibiliza PIX, empréstimos, financiamentos, cartão de crédito, consórcio, previdência, seguros, cobrança, conta corrente e produtos de investimento como RDC, LCI e LF.

1.1. Sobre Nós

O marco de 2025 foi o início da quarta fase da expansão, com a autorização do Conselho de Administração para a instalação da próxima agência da Uniprime Sul, que será em Passo Fundo com inauguração prevista para abril de 2026. Além disso, nossos números refletem um crescimento planejado de 39,90% em resultado, 22,83% em capital social; 16,45% em patrimônio de referência; 11,93% em ativos totais; 11,36% no crédito; 8,23% em cooperados e Índice de Basileia de 15,09%, dados que materializam nosso propósito de promover ações que gerem desenvolvimento sustentável e a prosperidade do nosso quadro social.

Nutridos por um planejamento estratégico com foco em resultado, agilidade e confiança, sustentado por um relacionamento prime e uma sólida atuação, seguimos crescendo, nos desenvolvendo e nos mantendo como a segunda singular no ranking do Sistema Uniprime, conservando excelentes indicadores e números que nos enchem de orgulho e esperança para cumprir o desafio de consolidar a Uniprime Sul como Instituição Financeira Cooperativa, preservando o DNA da área da saúde e de referência em soluções financeiras cooperativas.

Os desafios foram superados e se tornaram oportunidades de construção coletiva de um futuro ainda mais promissor, fortalecendo a base produtiva e garantindo a continuidade dos negócios.

O crescimento alcançado ratifica a assertividade da estratégia escolhida, permitindo nossa instituição honrar compromissos, fazer a distribuição justa dos resultados e promover o desenvolvimento socioeconômico do nosso quadro social e por consequência das comunidades onde estamos inseridos, fator essencial para perenidade do nosso negócio.

Que possamos seguir alinhados – cooperado, estratégia e equipe - trabalhando com dedicação e transparência por um futuro próspero e sempre maior.

1.2. Sistema Uniprime

O Sistema Uniprime atua de forma estruturada em dois níveis — cooperativas singulares e Central — ambos regulados e supervisionados pelo Banco Central do Brasil, assegurando solidez institucional, confiabilidade e a oferta de produtos e serviços alinhados às melhores práticas do Sistema Financeiro Nacional. No exercício de 2025, o Sistema é composto por 8 cooperativas singulares filiadas, responsáveis pelo atendimento direto a aproximadamente 38 mil cooperados,

além de 51 cooperativas conveniadas, com as quais mantém relação de apoio técnico, operacional e tecnológico, contribuindo para o fortalecimento do SNCC – Sistema Nacional de Crédito Cooperativo.

O exercício de 2025 foi marcado por um ambiente econômico e regulatório desafiador, caracterizado pelo aumento da competitividade no mercado de crédito, pressão sobre as margens financeiras e intensificação das exigências regulatórias. A implementação da Resolução CMN nº 4.966/2021 demandou adequações relevantes nos processos internos, com reforço das estruturas de controles internos, aprimoramento da gestão de riscos, revisão de políticas e normativos, bem como acompanhamento contínuo da qualidade das carteiras de crédito. Essas medidas tiveram como objetivo assegurar a conformidade regulatória, a adequada mensuração das perdas esperadas, a preservação da liquidez e a sustentabilidade econômico-financeira das cooperativas filiadas.

Mesmo diante desse contexto, o Sistema Uniprime apresentou desempenho consistente ao longo do exercício, registrando crescimento de 7% nos ativos, 6% na carteira de crédito, 9% na captação e 7% no Capital Social, evidenciando resiliência operacional, disciplina regulatória e capacidade de adaptação às exigências prudenciais.

No âmbito da governança, o Sistema Uniprime concluiu, em 2025, o processo de padronização do Estatuto Social das cooperativas singulares filiadas, com aprovação em assembleias realizadas ao longo do exercício. A iniciativa consolidou diretrizes institucionais comuns, fortaleceu a transparência, a uniformidade e o alinhamento às boas práticas de governança cooperativa.

O Sistema Uniprime projeta, para 2026, um cenário de oportunidades, mantendo postura prudente na concessão de crédito e foco na consolidação das normas regulatórias aplicáveis aos instrumentos financeiros. As iniciativas permanecem direcionadas à expansão dos serviços digitais, ao fortalecimento da governança sistêmica, à padronização de normativos e processos, bem como à capacitação contínua de dirigentes e colaboradores, assegurando crescimento ordenado, solidez institucional e geração de valor aos cooperados.

1.3. Canais Digitais

Visando à comodidade, praticidade e segurança dos cooperados, a Uniprime Sul disponibiliza seus produtos e serviços por meio dos canais digitais do Sistema Uniprime, abrangendo o Internet Banking e o Mobile Banking. A Uniprime Central Nacional é responsável pela manutenção, gestão e segurança desses canais, bem como do core bancário STU – Sistema de Tecnologia Uniprime, assegurando eficiência, confiabilidade e segurança no processamento das transações.

Os canais digitais proporcionam aos cooperados acesso seguro, ágil e autônomo às operações, refletindo os investimentos contínuos da Central no desenvolvimento, na proteção e na evolução tecnológica das soluções digitais do Sistema. Nesse contexto, o Sistema Uniprime lançou a nova versão do aplicativo transacional, que apresentou melhorias relevantes em usabilidade, funcionalidades e níveis de segurança, proporcionando uma navegação mais intuitiva e uma experiência aprimorada aos usuários.

2. Nosso Desempenho

2.1. Resultado

O exercício de 2025 foi encerrado com sobras no montante de R\$ 5.469.966,48, resultado 49% superior ao apurado em 2024, refletindo a solidez da gestão, a eficiência operacional e o fortalecimento das atividades da cooperativa ao longo do período. Desse montante, mais de R\$ 3,3 milhão foram pagos a título de juros sobre o capital.

2.2. Ativos

Os ativos totais ultrapassaram R\$ 490 milhões, representando crescimento de 12% em relação ao encerramento de 2024. Os recursos aplicados totalizaram R\$ 141 milhões, mantidos na Centralização Financeira do Sistema Uniprime.

A carteira de crédito apresentou evolução de 11% no exercício de 2025, alcançando mais de R\$ 337 milhões, sendo composta por 89% de operações de empréstimos e 10% de financiamentos e 1% por Direitos Creditórios Descontados.

Em conformidade com a regulamentação vigente, a Uniprime Sul adotou a metodologia simplificada para o cálculo das Perdas Esperadas associadas ao risco de crédito, considerando a classificação das operações nas carteiras C1 a C5, de acordo com a qualidade e suficiência das garantias. No encerramento do exercício de 2025, aproximadamente 37% das operações estavam classificadas na carteira C1, 31% na carteira C3, 28% na carteira C2 e apenas 4% na carteira C5, evidenciando perfil de risco controlado.

2.3. Captação

As captações totais, que somaram R\$ 438 mil, apresentaram crescimento de 12% no exercício e estavam compostas por: 6% em depósitos à vista; 78% em depósitos a prazo, por meio da emissão de RDC – Recibo de Depósito Cooperativo; e 17% em LCI – Letras de Crédito Imobiliário.

2.4. Patrimônio de Referência

O exercício de 2025 foi encerrado com Patrimônio de Referência de R\$ 48 milhões, registrando evolução de 13% no período. Esse crescimento reforça a capacidade financeira e a solidez da cooperativa, sustentando a expansão de suas operações e garantindo maior segurança aos cooperados.

O quadro social totalizava 3.649 cooperados, com Capital Social de aproximadamente R\$ 36 milhões ao final do exercício.

3. Controles Internos

A avaliação dos controles internos da Uniprime Sul é conduzida em estrita observância às exigências legais e regulatórias e alinhada à Política de Conformidade, assegurando a qualidade e a adequação do sistema de controles internos. Esse processo contempla os sistemas de processamento eletrônico de dados, a gestão de riscos e demais aspectos relevantes, considerando sempre a natureza, o porte, a complexidade e o nível de risco das operações realizadas.

Nossos princípios, aliados às normas internas e a programas contínuos de capacitação profissional, reforçam a busca pela excelência nos procedimentos e controles adotados. O objetivo é prevenir a ocorrência de situações que possam configurar violações à Política de Conduta Ética ou operações com indícios de vínculo a atividades ilegais, assegurando a adoção tempestiva das medidas cabíveis.

4. Gerenciamento de Riscos

A Uniprime Sul, em conjunto com a Uniprime Central Nacional, adota práticas de gestão de riscos e de capital compatíveis com seu porte e complexidade, com foco na solidez patrimonial, na saúde econômico-financeira e na adequada capacidade de captação. Tais práticas reforçam o compromisso da cooperativa com a estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e com a sustentabilidade de suas operações.

O gerenciamento do risco de crédito é conduzido de forma estruturada e alinhada ao apetite ao risco, abrangendo o monitoramento contínuo da carteira, a elaboração de reportes periódicos e a observância das políticas internas e diretrizes regulatórias. A gestão de capital permite a adequada avaliação das necessidades de capital e a otimização de sua alocação, em conformidade com os requisitos legais e prudenciais vigentes.

No âmbito do risco operacional, a cooperativa mantém processos internos voltados à identificação, ao monitoramento e à mitigação de falhas, contribuindo para a eficiência dos controles internos e para a continuidade das operações. Quanto à solvência e à liquidez, são adotados mecanismos de acompanhamento e tratamento das fontes de risco, assegurando a capacidade de honrar seus compromissos financeiros. Adicionalmente, a cooperativa realiza a avaliação dos riscos ESG, considerando aspectos ambientais, sociais e de governança, alinhados às melhores práticas de sustentabilidade e à condução responsável dos negócios.

O Conselho de Administração é responsável por estabelecer diretrizes, políticas e alçadas relacionadas à gestão de riscos, reforçando a governança corporativa. As ações implementadas visam assegurar a prestação consistente de serviços financeiros, com qualidade no atendimento aos cooperados, atuação ética, apoio ao desenvolvimento regional e crescimento sustentável.

5. Prevenção à Lavagem de Dinheiro

Seguindo os princípios do cooperativismo e sua contribuição social e econômica, a Cooperativa adota as melhores práticas de mercado para a identificação, análise e adoção das devidas providências relacionadas à prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo (PLD/CFT). Com foco na transparência e na proteção de seu patrimônio, a Cooperativa atua no combate a práticas ilícitas que possam envolver o sistema financeiro, em conformidade com a legislação vigente, notadamente a Lei nº 9.613/1998, alterada pela Lei nº 12.683/2012, a Lei nº 13.260/2016 e a Circular nº 3.978/2020, que dispõe sobre a política, os procedimentos e os controles internos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em linha com suas diretrizes de PLD/CFT e por meio de mecanismos de monitoramento, análise e identificação de operações, a Cooperativa tratou os alertas gerados e destinou adequadamente as ocorrências de atipicidade, conforme definição do Diretor responsável por PLD/CFT.

6. Sistema de Ouvidoria

A Uniprime Central Nacional mantém um componente organizacional de Ouvidoria único responsável pelo atendimento às cooperativas singulares filiadas, bem como às cooperativas conveniadas e tomadoras do serviço. A Ouvidoria tem como finalidade receber, analisar, mediar e esclarecer demandas quando as soluções previamente apresentadas pelas cooperativas singulares não atenderem às expectativas dos cooperados ou usuários.

O acesso ao canal é gratuito e pode ser realizado por meio do telefone 0800 400 9066, do e-mail ouvidoria@uniprimecentral.com.br ou pelo site <https://www.uniprime.com.br/ouvidoria>.

No exercício de 2025, foram registradas duas demandas, sendo uma relacionada a operações de crédito e outra vinculada à relação contratual, as quais foram integralmente solucionadas dentro do prazo legal, em estrita conformidade com a legislação vigente.

7. Canal de Denúncia

Todas as relações do Sistema Uniprime são pautadas por padrões éticos, expressos em nossa Política de Conduta Ética, que aponta regras a serem observadas pelo Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal, diretores, colaboradores e estagiários no relacionamento com a própria empresa, com seus colegas de trabalho e com pessoas que têm algum tipo de vínculo com o Sistema Uniprime.

O Canal de Denúncias, disponível 24 horas por dia para o público interno e externo do Sistema Uniprime através do nosso site www.uniprime.com.br/denuncias, é uma ferramenta de comunicação segura, transparente, independente e imparcial e, se desejada, anônima, para o reporte de violações ou suspeita de descumprimento de qualquer um dos pontos descritos em nossa Política de Conduta Ética e/ou da legislação vigente.

No exercício de 2025 não houve registro de situações com indícios de ilicitude no Canal de Denúncias referentes à Uniprime Sul.

8. Auditoria

Em cumprimento das regulamentações vigentes, a Cooperativa é auditada e supervisionada pelas instituições abaixo:

- Uniprime Central:

Acompanha o processo de auditoria Cooperativa, valida o plano de ação particular e o sistêmico, monitora a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das

informações contábeis, fiscais, financeiras e operacionais da Cooperativa, avaliadas pela auditoria Cooperativa, realizando também auditorias pontuais.

- Moore Stephens Prisma Auditores Independentes;
Realiza a auditoria Cooperativa, analisando os procedimentos de controles internos da Cooperativa, sua complexidade e atividades econômicas.
- Bauer Auditores Associado;
Realiza a auditoria independente das demonstrações financeiras, contribuindo para maior transparência nas ações da Cooperativa.

Agradecimentos

Pelos resultados e avanços alcançados, agradecemos aos cooperados e colaboradores, que nos honram com sua confiança e nos motivam a fazer sempre melhor. A todos, nossos sinceros agradecimentos.

Erechim - RS, 31 de dezembro de 2025.

COOPERATIVA DE CRÉDITO UNIPRIME SUL

COOPERATIVA DE CRÉDITO UNIPRIME SUL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
BALANÇO PATRIMONIAL (Em Reais)
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

ATIVO	NOTA	31/12/2025
Disponibilidades	04	884.399,59
Instrumentos financeiros		477.965.005,02
Ativos financeiros ao custo amortizado		473.260.970,38
Relações interfinanceiras	06	141.856.702,42
Operações de crédito	07	337.436.361,72
Outros ativos financeiros	08	4.366.481,81
Provisão para perdas esperadas	07	(10.398.575,57)
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		4.704.034,64
Títulos e valores mobiliários	05	4.704.034,64
Ativos não financeiros disponíveis para venda	09	9.326.571,03
Outros Ativos	10	287.881,95
Imobilizado de uso	11	3.393.678,73
Intangível	11	4.698,28
TOTAL DO ATIVO		491.862.234,60

PASSIVO	NOTA	31/12/2025
PASSIVO		443.665.816,44
Instrumentos financeiros		443.047.571,32
Passivos financeiros ao custo amortizado		443.047.571,32
Depósitos e recursos por emissões de letras	12	438.516.892,41
Outras obrigações	13	4.530.678,91
Provisão e outras obrigações com instrumentos financeiros	14	335.277,88
Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	15	282.967,24
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	48.196.418,16
Capital social		35.599.956,54
Reserva de lucros		11.281.865,03
Sobras ou perdas acumuladas		1.314.596,59
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		491.862.234,60

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE CRÉDITO UNIPRIME SUL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em Reais)
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

DESCRIÇÃO DAS CONTAS	NOTA	EXERCÍCIO
		2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	17	83.197.145,87
Operações de crédito		66.073.092,78
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		17.124.053,09
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	18	(59.777.286,34)
Operações de captação no mercado		(54.683.553,98)
Provisão para perdas esperadas		(5.093.732,36)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		23.419.859,53
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	19	3.203.121,67
Receitas de prestação de serviços		2.523.102,60
Outras receitas operacionais		680.019,07
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	20	(24.106.201,57)
Despesas de pessoal		(9.228.542,90)
Despesas administrativas		(8.464.405,44)
Despesas tributárias		(53.259,23)
Aprovisionamentos e ajustes patrimoniais		(599.523,84)
Outras despesas operacionais		(5.760.470,16)
RESULTADO OPERACIONAL		2.516.779,63
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		180.190,61
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		2.696.970,24
TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES SOBRE O LUCRO		(655.250,10)
Imposto de renda e contribuição social		(43.860,48)
Participações estatutárias no lucro		(611.389,62)
RESULTADO LÍQUIDO		2.041.720,14
ABSORÇÃO - FATES E RESERVAS		76.093,08
RESULTADO DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		2.117.813,22

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE CRÉDITO UNIPRIME SUL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (Em Reais)
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

DESCRIÇÃO DAS CONTAS	NOTA	EXERCÍCIO
		2025
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		2.041.720,14
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO		-
Itens que serão reclassificados para o resultado		-
Itens que não serão reclassificados para o resultado		-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		2.041.720,14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE CRÉDITO UNIPRIME SUL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em Reais)
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Eventos	NOTA	Capital Realizado	Reserva			Sobras/Perdas Acumuladas	Patrimônio Líquido
			Cooperativas	Valores Revertidos	Contingências		
Saldo em 31/12/2024		28.983.168,73	9.611.896,22	136,86	2.487.866,74	1.243.365,01	42.326.433,56
Integralizações de capital		1.225.093,31	-	-	-	-	1.225.093,31
Baixas de Capital		(586.975,91)	-	-	-	-	(586.975,91)
Juros Sobre Capital Próprio		4.932.207,52	-	-	-	-	4.932.207,52
Resultado Líquido do Período		-	-	-	-	2.041.720,14	2.041.720,14
Resultado - Absorção FATES e Reservas		-	-	-	-	76.093,08	76.093,08
Reservas e Fundos							
Realização de reservas		-	9,96	(9,96)	(1.536.414,62)	1.536.414,62	-
Reclassificação de reservas		-	-	22.426,33	-	-	22.426,33
Distribuição de Sobras		-	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para capital		1.046.462,89	-	-	-	(1.119.028,51)	(72.565,62)
Distribuição de sobras para reservas		-	571.617,00	-	124.336,50	(695.953,50)	-
Distribuição de sobras para FATES		-	-	-	-	(231.599,63)	(231.599,63)
Ajustes de transição Res. 4.966/21		-	-	-	-	(1.536.414,62)	(1.536.414,62)
Saldo em 31/12/2025	16	35.599.956,54	10.183.523,18	22.553,23	1.075.788,62	1.314.596,59	48.196.418,16
Mutações do Período		6.616.787,81	571.626,96	22.416,37	(1.412.078,12)	71.231,58	5.869.984,60

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE CRÉDITO UNIPRIME SUL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em Reais)
MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

		EXERCÍCIO
DESCRIÇÃO DAS CONTAS	NOTA	2025
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Sobras Líquidas		2.041.720,14
Ajustes por:		
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		4.927.048,20
Provisão para desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda		36.191,83
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas		82.797,43
Depreciações		596.815,80
Amortizações		2.708,04
Perda na alienação de valores e bens		14.787,26
Geração Bruta de Caixa		7.702.068,70
Variações nos Ativos e Passivos		
(Aumento)/Redução de relações interfinanceiras		(4.243.581,77)
(Aumento)/Redução de operações de crédito		(34.416.207,40)
(Aumento)/Redução de outros ativos financeiros		174.452,27
(Aumento)/Redução de ativos não financeiros disponíveis para venda		(4.762.897,86)
(Aumento)/Redução de outros ativos		(19.839,83)
Aumento/(Redução) de depósitos e recursos por emissões de letras		48.077.778,90
Aumento/(Redução) de outras obrigações		(1.778.730,24)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		10.733.042,77
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
(Aquisição)/Alienação de Investimentos		(27.869,22)
(Aquisição)/Alienação de Imobilizado		(111.504,14)
Caixa líquido originado/(aplicado) nas atividades de investimentos		(139.373,36)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralizações de Capital Social		1.225.093,31
Baixas de Capital		(586.975,91)
Juros ao Capital		4.932.207,52
Distribuição de Sobras		(72.565,62)
Destinação para FATES		(231.599,63)
Absorção FATES		76.093,08
Transferência de Capital a Pagar		22.426,33
Caixa líquido originado/(aplicado) nas atividades de financiamento		5.364.679,08
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA		15.958.348,49
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período		110.335.457,00
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período	04	126.293.805,49
AUMENTO / (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		15.958.348,49

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nota 01 - Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito Uniprime Sul, com sede na avenida quinze de novembro, 236, Centro, Erechim – RS, foi constituída em 05 de agosto de 1996. É uma cooperativa de crédito singular, filiada ao Sistema Uniprime, classificada como cooperativa clássica e pertencente ao segmento S5.

O principal objetivo social da cooperativa é:

- Prestar, por meio da ajuda mútua, serviços financeiros diferenciados;
- Promover e incentivar o uso adequado do crédito e da poupança; e
- Desenvolver educação financeira e cooperativista.

A Uniprime Sul tem sua constituição e funcionamento regulamentados pelas seguintes normas:

- **Lei nº 4.595/64**, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias;
- **Lei nº 5.764/71**, que define a Política Nacional do Cooperativismo;
- **Lei Complementar nº 130/09**, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo;
- **Resoluções CMN nº 4.910/21, 4.970/21 e 5.051/22**, que dispõem sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito;
- **Estatuto Social** consolidado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2025.

A Uniprime Sul é participante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado e abrangência nacional. O FGCoop tem como objetivo prestar garantia de crédito nos casos de intervenção ou liquidação extrajudicial de instituições associadas, com limite de R\$ 250.000,00 por associado (CPF/CNPJ). Além disso, o fundo também pode contratar operações de assistência, suporte financeiro e liquidez às filiadas.

A administração da cooperativa reafirma seu compromisso de continuar desempenhando suas atividades e operações de forma regular. Não há conhecimento de indícios ou incertezas que possam configurar a descontinuidade de suas operações.

Nota 02 - Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, atendendo às diretrizes contábeis estabelecidas pela Lei nº 6.404/76 e às

alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, devidamente adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista. Também observam as normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), além de serem apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Foram aplicados os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores no âmbito do processo de convergência às normas contábeis internacionais, desde que não conflitem com a regulamentação específica do CMN e do BACEN, a saber:

- Pronunciamento Conceitual Básico (Resolução nº 4.924/2021);
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável do Ativo (Resolução nº 4.924/2021);
- CPC 03 – Fluxo de Caixa (Resolução nº 4.818/2020);
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 4.818/2020);
- CPC 06 – Arrendamento (Resolução nº 4.975/2021)
- CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações (Resolução nº 3.989/2011);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução nº 4.924/2021);
- CPC 24 – Eventos Subsequentes (Resolução nº 4.818/2020);
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução nº 3.823/09);
- CPC 28 – Propriedade para Investimento (Resolução nº 4.967/21);
- CPC 33 – Benefícios a Empregados (Resolução nº 4.877/2020);
- CPC 41 – Resultado por ação (Resolução nº 4.818/2020);
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (Resolução nº 4.924/2021);
- CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (Resolução nº 4.924/2021).

Na elaboração destas demonstrações financeiras também foram observadas as disposições da Legislação Cooperativista.

Em conformidade com a regulamentação vigente, a Uniprime Sul adotou as normas e instruções que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2025. A Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23 representaram mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 9 (CPC 48). Como principal impacto da resolução presente na respectiva demonstração financeira, destaca-se:

- A adoção da metodologia simplificada para Perdas Esperadas associadas ao risco de crédito com base na classificação das operações de crédito por carteiras de C1 a C5,

de acordo com a qualidade e suficiência das garantias apresentadas. Essa segmentação reflete o nível de risco de crédito, sendo C1 destinada às operações com garantias de maior robustez, e C5 às operações com garantias de menor qualidade ou relevância.

- Classificação e mensuração de ativos financeiros com base no modelo de negócio da Uniprime Sul e nas características contratuais dos fluxos de caixa do ativo (também denominado teste de “SPPJ”);
- A adoção da metodologia diferenciada linear para fins do reconhecimento de receitas e despesas relativas aos custos de transação pela taxa de juros efetiva de operações de crédito e demais operações com característica de concessão de crédito classificadas na categoria custo amortizado;
- Mudança do critério de suspensão da apropriação de juros, que passa a ocorrer a partir do momento em que as operações são caracterizadas como “ativo financeiro com problema de risco de recuperação”; e
- Mudança no critério de baixa de ativos financeiros para prejuízo, que passam a ser baixados a partir do momento em que a Instituição não tem mais expectativa de recuperação.

A Uniprime Sul implementou o conjunto de Instruções Normativas do Banco Central do Brasil que, a partir de 1º de janeiro de 2025, alteraram e definiram as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), abrangendo os seguintes grupos: (i) ativo realizável e permanente; (ii) compensação ativa e passiva; (iii) passivo exigível; (iv) patrimônio líquido; e (v) resultado credor e devedor.

A Uniprime Sul adotou a disposição transitória prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21 e no artigo 102 da Resolução BCB nº 352, de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

Nota 03 - Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional. Referem-se a recursos que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a três meses e estão sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor.

b) Ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da negociação.

Os ativos financeiros são baixados, se:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expirarem.
- não houver expectativas razoáveis de sua recuperação. Neste caso, a baixa é realizada simultaneamente com a utilização da provisão para perda de crédito esperada relacionada. As recuperações subsequentes são contabilizadas como receita em contrapartida do ativo.

Os passivos financeiros são baixados quando extintos, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liberada, cancelada ou vencida.

c) Classificação de ativos financeiros

Em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, os ativos financeiros são classificados e subsequentemente mensurados nas seguintes categorias:

- **Custo Amortizado:** Categoria aplicável aos ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cuja estratégia de gestão é voltada exclusivamente para a obtenção de fluxos de caixa contratuais, compostos unicamente por pagamentos de principal e juros sobre o valor principal (SPPJ). A mensuração do ativo é realizada pelo valor de reconhecimento inicial, ajustado pelo método da taxa de juros efetiva, deduzido das amortizações de principal e juros, bem como de eventual provisão para perda de crédito esperada;
- **Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** Aplicável quando o ativo financeiro é mantido com o objetivo tanto de receber fluxos de caixa contratuais (pagamentos de principal e juros), quanto de ser eventualmente vendido; e
- **Valor Justo por Meio do Resultado (VJPR):** Ativos financeiros são classificados nesta categoria quando (i) não atendem aos critérios para classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ou (ii) quando são mensurados pelo seu valor justo em cada data de balanço e as variações desse valor são reconhecidas diretamente no resultado do período, refletindo imediatamente os efeitos de mercado nas demonstrações financeiras.

Modelos de negócios para gestão de ativos financeiros: são definidos conforme os objetivos da cooperativa, aprovados pelo Conselho de Administração, e indicam como grupos

de ativos financeiros são geridos em conjunto para atingir metas específicas, considerando os riscos do modelo de negócios e sua avaliação e reporte à Administração.

SPPJ: avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro, com o objetivo de verificar se se referem exclusivamente ao pagamento de principal e juros (contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, risco de crédito e margem de lucro). Caso haja exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, o ativo financeiro não atende ao teste SPPJ e deve ser classificado na categoria de Valor Justo por meio do Resultado.

Instrumentos Patrimoniais: as ações e cotas são classificadas ao valor justo por meio do resultado.

d) Classificação de passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados e mensurados ao custo amortizado, exceto por:

- **Passivos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado:** classificação aplicada aos passivos financeiros designados, irrevogavelmente, ao valor justo por meio do resultado com o objetivo de reduzir assimetrias contábeis;
 - **Compromissos de Empréstimos e Garantias Financeiras:** mensurados pelo maior valor entre (i) a provisão para perdas de crédito esperada; e (ii) o saldo da tarifa sobre o serviço a ser diferido no resultado, conforme prazo do contrato.
- e) Taxa de Juros Efetiva:** Método de juros efetivos para o cálculo da receita ou despesa de juros para os instrumentos financeiros ao custo amortizado, o qual considera custos e taxas diretamente atribuíveis ao contrato, como comissões pagas ou recebidas pelas partes do contrato, custos de transação e outros prêmios e descontos. A apropriação de juros deixa de ser reconhecida a partir do momento em que as operações são caracterizadas como “ativo financeiro com problema de risco de recuperação”.

f) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foram constituídas em conformidade com a regulamentação vigente e com a política de risco de crédito do Sistema Uniprime. Foi adotada a metodologia simplificada para apuração das provisões, complementada pela metodologia sistêmica prevista na política. Esta metodologia estima a média de perdas que a cooperativa pode registrar em sua carteira de crédito em determinado período, considerando variáveis como: alocação de ativos por tipo de carteira, variação dos indicadores de inadimplência conforme a faixa de atraso e pesos atribuídos às vulnerabilidades de cada operação (C's de Crédito). O cálculo visa mensurar, em valores monetários, o nível

esperado de provisionamento das perdas e aprimorar a gestão do risco de crédito. Caso a estimativa interna supere o mínimo regulamentar, aplica-se um complemento de provisão.

g) Ativo problemático

O instrumento financeiro se caracteriza como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando apresentar atraso superior a 90 dias no pagamento, operações reestruturadas ou quando houver evidências de que a obrigação não será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas, independentemente da existência de garantias ou colaterais.

A operação deixa de ser caracterizada como problemática quando, de forma cumulativa, forem atendidos os seguintes critérios: inexistência de parcelas vencidas (inclusive do grupo econômico), manutenção da pontualidade nos pagamentos por, no mínimo, 90 dias consecutivos, cumprimento das demais obrigações contratuais por período considerado suficiente e evidências de capacidade de pagamento integral, inclusive em operações reestruturadas, sem a necessidade de execução de garantias.

h) Outros Ativos

Compreendem os bens, direitos e demais itens que não possuem natureza financeira, registrados de acordo com os critérios estabelecidos na regulamentação vigente. Incluem, entre outros, os ativos recebidos em liquidação de operações, ativos mantidos para venda, créditos tributários e despesas antecipadas, entre outros.

i) Imobilizado e intangível

O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição menos depreciação acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos.

O intangível corresponde a direitos adquiridos sobre bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, sendo demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas, calculadas com base na estimativa da vida útil do bem.

j) Redução do valor recuperável de ativos

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*Impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *impairment*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2025 não existiam indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

k) Provisões e Outras Obrigações com Instrumentos Financeiros

Em conformidade com a regulamentação vigente, para fins de mensuração da provisão para compromissos de crédito e garantias financeiras prestadas, é considerada a avaliação de risco do cooperado, amparada por informações internas e externas, contemplando aspectos como: situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, pontualidade e eventuais atrasos nos pagamentos, situação de renda e de patrimônio, bem como outras informações cadastrais.

A referida classificação compreende 08 (oito) níveis, de A a H, os quais refletem percentuais de provisão que variam de 0,5% a 100%, conforme o nível de risco atribuído ao cooperado. Esses percentuais são aplicados de forma integral sobre os valores garantidos por cooperado, representando a provisão para desembolsos futuros estimados de responsabilidade da instituição, vinculados a contratos de garantias financeiras prestadas.

Com relação aos compromissos de crédito, os percentuais de provisão são aplicados sobre a base correspondente a 40% dos referidos compromissos, parcela dos instrumentos financeiros ponderados pelo risco, em linha com as regulamentações aplicáveis à gestão de riscos.

l) Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

As provisões e passivos contingentes são avaliados com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais. O tratamento contábil das provisões e passivos contingentes depende da probabilidade do desembolso de recursos financeiros para liquidar as obrigações. De acordo com a probabilidade de perda são classificados como: (i) provável e são provisionados nas Demonstrações Contábeis; (ii) possível, não são provisionados e são informados nas Notas Explicativas; e (iii) remota, nenhuma provisão é reconhecida e os passivos contingentes não são divulgados nas Demonstrações Contábeis.

m) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para cada base de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo. As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e pela Contribuição Social quando auferirem resultados positivos provenientes de operações e atividades estranhas à sua finalidade ou realizadas com não associados, denominadas atos não cooperativos.

n) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa, elaboradas pelo método indireto, foram preparadas e estão apresentadas em conformidade com o CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

o) Segregação do circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com os prazos inferiores a 360 dias são classificados no circulante, e aqueles com prazos superiores, não circulante.

p) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão, sendo classificados em:

- **Eventos que originam ajustes:** evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- **Eventos que não originam ajustes:** evidenciam condições que surgiram após a data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes, quando existentes, são descritos em notas explicativas e divulgados conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 24 – Eventos Subsequentes.

Declaramos que não houve eventos subsequentes relevantes às demonstrações encerradas em 31 de dezembro de 2025.

Nota 04 - Caixa e equivalentes de caixa

O Caixa e equivalentes de caixa são formados por disponibilidades em moeda nacional e investimentos com liquidez imediata, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a três meses, utilizados para o gerenciamento dos compromissos de curto prazo da cooperativa.

Em consonância com a Resolução CFC 1.296/2010, itens 48 a 52, registramos informações complementares à Demonstração de Fluxo de Caixa: Todo saldo de Caixa e Equivalente de Caixa estava disponível para a entidade na data de 31/12/2025. Informamos ainda que a Cooperativa não possui linha de crédito pré-aprovada.

Disponibilidades	31/12/2025
Caixa	712.857,00
Depósitos bancários	171.542,59
Relações interfinanceiras	125.409.405,90
TOTAL	126.293.805,49

Nota 05 - Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários (TVM) representa a participação da Cooperativa, classificada como instrumentos financeiros na categoria valor justo por meio do resultado, conforme descrito nas principais práticas contábeis divulgadas na Nota 3:

	31/12/2025			
	A VENCER			
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
<u>Ativos financeiros a VJR</u>				
Participações de cooperativas ¹	-	-	4.704.034,64	4.704.034,64
Total ativo financeiro VJR	-	-	4.704.034,64	4.704.034,64

(1) Refere-se à integralização de capital na Uniprime Central Nacional, em virtude da filiação da cooperativa ao Sistema Uniprime. Integralizações anuais estão previstas no Estatuto da Central, até o limite mínimo de 2% do Capital Social da Singular. Em 31 de dezembro de 2025 a participação representa 17% do capital social da Uniprime Central

Nota 06 - Relações interfinanceiras

a) Ativos financeiros ao custo amortizado

Relações Interfinanceiras	31/12/2025	
	Circulante	Não Circulante
Centralização financeira ¹	125.409.405,90	16.447.296,52
TOTAL	125.409.405,90	16.447.296,52

(1) Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades e não aplicados em Títulos e Valores Mobiliários são depositados na Uniprime Central Nacional – Central Nacional de Cooperativa de Crédito, que os aplica de forma centralizada com os recursos das demais cooperativas singulares filiadas ao sistema, cuja receita é mensalmente creditada às singulares, proporcionalmente ao volume de depósitos mantidos.

Registrado no ativo não circulante o montante referente à Centralização Financeira com vencimento superior a 12 (doze) meses, em razão de seu vínculo como garantia em operações realizadas por meio de convênios e de serviços prestados pela Uniprime Central Nacional.

A receita de Centralização Financeira no exercício de 2025 foi de R\$ 17.124.053,09 registradas na rubrica Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários da demonstração do Resultado.

Nota 07 - Operações de crédito

As operações de crédito foram classificadas como custo amortizado.

a) Em 31 de dezembro de 2025 a composição da carteira de operações de crédito de curto e longo prazo apresentava a seguinte distribuição:

Operações de crédito	31/12/2025		
	A Vencer		
	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360
Operações ativas	32.042.332,67	68.020.839,35	237.373.189,70
	337.436.361,72		

b) Registro da carteira de crédito classificada em não problemáticos e problemáticos:

Classificação da carteira	Não problemático	Problemático
Carteira C1	123.153.967,45	1.159.456,33
Carteira C2	92.512.560,59	2.334.678,50
Carteira C3	98.695.432,55	5.193.008,11
Carteira C4	-	-
Carteira C5	13.190.738,27	1.196.519,92
Total Geral	327.552.698,86	9.883.662,86

c) Classificação da carteira de crédito líquida por modalidade de crédito:

Carteira de crédito	Total carteira bruta	Provisão para perdas ¹	Total carteira líquida de provisão
Adiantamento a depositante	258.099,22	(94.815,16)	163.284,06
Empréstimos	299.821.376,42	(8.902.197,23)	290.919.179,19
Direitos creditórios descontados	3.937.042,93	(429.406,11)	3.507.636,82
Financiamentos	16.648.247,06	(730.588,57)	15.917.658,49
Financiamentos imobiliários	16.771.596,09	(241.568,50)	16.530.027,59
Total operações de crédito	337.436.361,72	(10.398.575,57)	327.037.786,15

(1) As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são apuradas em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e estão de acordo com as normas e instruções do CMN e BCB.

d) Classificação da carteira de crédito bruta por carteiras de ativos financeiros:

Operações de crédito ¹	C1	C2	C3	C5
Adiantamento a depositante	-	-	-	258.099,22
Empréstimos	99.660.541,60	86.823.746,15	99.396.931,28	13.940.157,39
Direitos creditórios descontados	710.898,06	31.837,88	3.194.306,99	-
Financiamentos	8.037.453,25	7.991.655,06	619.138,75	-
Financiamentos imobiliários	15.904.530,87	-	678.063,64	189.001,58
Total	124.313.423,78	94.847.239,09	103.888.440,66	14.387.258,19

(1) A classificação da carteira de ativos financeiros é realizada em conformidade com a Resolução BCB nº 352 de 23 de novembro de 2023.

e) Concentração de devedores:

DESCRIÇÃO	31/12/2025	
	VALOR	%
Maior devedor	11.658.605,60	3,46%
10 seguintes maiores devedores	75.611.547,93	22,41%
20 seguintes maiores devedores	78.851.965,09	23,37%
40 seguintes maiores devedores	71.178.497,79	21,09%
Demais devedores	100.135.745,31	29,68%
TOTAL	337.436.361,72	

Nota 08 - Outros ativos financeiros

a) Ativos financeiros ao custo amortizado

Outros ativos financeiros	31/12/2025	
	Circulante	Não Circulante
Serviços prestados a receber	3.300,00	-
Outras rendas a receber ¹	294.219,90	-
Adiantamentos e antecipações salariais ²	78.188,15	-
Adiantamentos por conta de imobilizações	609.156,58	
Adiantamentos para pagamentos por conta da instituição	83.325,27	
Devedores por depósitos em garantia ³	127.728,28	-
Impostos e contribuições a compensar	116.175,77	-
Devedores diversos – país ⁴	1.027.042,02	2.027.345,84
TOTAL	2.339.135,97	2.027.345,84

- (1) O valor de rendas a receber refere-se a juros de cheque especial, adiantamento a depositante e comissões a receber de competência do mês em curso que serão liquidadas no mês subsequente.
- (2) Adiantamento e antecipações salariais refere-se ao pagamento de férias cujo gozo ocorrerá no semestre subsequente.
- (3) Referem-se à depósitos judiciais.
- (4) Devedores diversos é composto por diferenças de caixa, pendências a regularizar e outros devedores.

Nota 09 - Ativos não financeiros disponíveis para venda

Referem-se a bens de propriedade da instituição, não utilizados no desempenho da atividade social, inclusive os recebidos em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa liquidação.

Ativos não financeiros - AMV	31/12/2025	
	Circulante	Não Circulante
Ativos não financeiros – AMV	5.594.442,39	3.732.128,64
TOTAL	5.594.442,39	3.732.128,64

Nota 10 - Outros ativos

Despesas pagas antecipadamente e das quais decorrerão benefícios para a Uniprime Sul em períodos seguintes. São registradas ao custo de aquisição e amortizadas à medida em que forem sendo realizadas, em observância ao regime de competência.

Outros ativos	31/12/2025	
	Circulante	
Despesas pagas antecipadamente	260.312,15	27.569,80
TOTAL	260.312,15	27.569,80

Nota 11 - Imobilizado de uso e intangível

O Imobilizado de uso e intangível são demonstrados pelo custo de aquisição menos a depreciação e amortização acumulada. As depreciações e amortizações são calculadas com base no histórico da empresa do prazo de utilização dos benefícios gerados por estes ativos. Em 31 de dezembro de 2025 estão assim representados:

DESCRIÇÃO	Taxas anuais de depreciação (%)	31/12/2025		
		Custo Corrigido	Deprec/Amort Acumulada	Líquido
Imobilizado de Uso		5.724.078,47	(2.330.399,74)	3.393.678,73
Móveis e equipamentos de uso	10% a 20%	1.571.432,87	(671.512,75)	899.920,12
Equipamentos de processamento de dados	20%	589.319,89	(442.105,68)	147.214,21
Equipamentos de comunicação e segurança	10% a 50%	191.967,83	(138.191,68)	53.776,15
Benfeitoria em imóveis de terceiros	10 a 20%	3.371.357,88	(1.078.589,63)	2.292.768,25
Intangível		167.314,21	(162.615,93)	4.698,28
Sistema de Processamento de Dados	10%	19.540,63	(16.899,17)	2.641,46
Sistemas de Comunicação e Segurança	10%	147.773,58	(145.716,76)	2.056,82
TOTAL				3.398.377,01

Nota 12 - Depósitos e recursos por emissões de letras

Os depósitos foram classificados como passivo financeiro ao custo amortizado:

- O grupo de depósitos é constituído pelo saldo mantido pelos cooperados em conta corrente (depósito à vista), depósitos de poupança e em aplicações financeiras (depósito sob aviso e a prazo), conforme abaixo:

Depósitos	31/12/2025
À Vista	25.138.424,62
A Prazo ¹	341.021.547,77
TOTAL	366.159.972,39

(1) Constituído por depósitos em RDC (Recibo de Depósito Cooperativo) e letras imobiliárias.

b) Constituído por obrigações representadas por Letras de Crédito Imobiliário e Letras Financeiras:

Recursos de Letras	31/12/2025
	Circulante
Letras de Crédito Imobiliário	72.356.920,02
TOTAL	72.356.920,02

c) Depósito a Prazo – RDC-DI – Concentração de depositantes:

DESCRIÇÃO	31/12/2025	
	VALOR	%
Maior depositante	14.578.270,76	4%
10 seguintes maiores depositantes	76.663.116,52	22%
20 seguintes maiores depositantes	66.514.537,88	20%
40 seguintes maiores depositantes	57.903.987,96	17%
Demais depositantes	125.361.634,65	37%
TOTAL	341.021.547,77	

As despesas com captação no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram de R\$ 43.815.340,34 registradas na rubrica “Despesas de Intermediação Financeira – Despesas de Depósito a prazo” na demonstração do resultado.

Nota 13 – Outras obrigações

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de outras obrigações estava assim composto classificado como custo amortizado:

Outras Obrigações	31/12/2025
	Circulante
IOF a recolher - operação de crédito	32.801,94
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social ¹	233.156,86
Cotas de Capital a Pagar ²	616.983,66
Fiscais e Previdenciárias ³	896.298,10
Cheques administrativos	1.126.000,00
Despesas de Pessoal ⁴	1.471.204,21
Outros Passivos ⁵	154.234,14
TOTAL	4.530.678,91

- (1) Atendendo à instrução do BACEN, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº. 5.764/71.
- (2) O valor em cotas de capital a pagar refere-se à restituição do capital integralizado pelo associado, em razão do seu desligamento, por demissão, exclusão ou eliminação, conforme estabelecido no parágrafo 4º do artigo 24 da Lei nº 5.764/71.
- (3) Referem-se aos impostos e contribuições a recolher devidos pela instituição ou retidos na fonte, que serão recolhidos posteriormente conforme determina a legislação.
- (4) Provisão para pagamento de despesas com pessoal representa o valor necessário para pagamento de 13º salário, férias e seus respectivos encargos, apurados pelo número de dias de direito dos funcionários.
- (5) Outros passivos representam valores a pagar a fornecedores e obrigações pendentes a serem regularizadas no decorrer do semestre seguinte.

Nota 14 - Provisão e outras obrigações com instrumentos financeiros

Referem-se as provisões para perdas de crédito esperadas com compromissos de créditos e de garantias financeiras prestadas:

Obrigações com instrumentos financeiros	31/12/2025	
	Base	Provisão para perdas
Compromissos de crédito	34.386.819,49	152.973,36
Créditos a liberar	186.100,00	372,20
Garantias financeiras prestadas	13.155.829,37	181.932,32
TOTAL	47.728.748,86	335.277,88

Nota 15 - Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

Provisão de processos cíveis classificados com probabilidade de perda provável, amparada na opinião dos assessores jurídicos da cooperativa.

A provisão para passivos contingentes é registrada frente a eventuais perdas que possam advir de desfechos desfavoráveis nas ações em processos judiciais que a Uniprime Sul é parte. A Administração da Uniprime Sul constituiu provisão para processos, riscos fiscais e trabalhistas em montantes considerados suficientes para fazer face à eventuais perdas.

Provisão para contingências	31/12/2025
Trabalhistas	202.584,06
Fiscais	70.393,18
Cíveis	9.990,00
TOTAL	282.967,24

Nota 16 – Patrimônio líquido

O Patrimônio Líquido é composto por Capital Social, Reserva de Lucros e Sobras Acumuladas.

a) Capital Social

O capital social é dividido em cotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independentemente do número de suas

cotas-partes. O ingresso ou a permanência no quadro social é livre àqueles que desejarem utilizar os produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa, desde que adiram aos propósitos sociais, concordem, preencham e satisfaçam as condições estabelecidas no Estatuto Social e no Regimento Interno da Cooperativa.

O capital social e número de associados estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025
Capital Social	35.599.956,54
Número de Associados	3.649

b) Integralização e baixas de Capital

Representam o ingresso de novos associados com integralização de cotas-partes e o desligamento de associados mediante solicitação de devolução do capital integralizado. Também constam nessas movimentações as novas captações de cooperados ativos.

c) Gestão do Capital

A análise de suficiência de capital na visão regulatória tem como objetivo avaliar se a Instituição possui Patrimônio de Referência (capital disponível) em nível superior ao capital exigido para cobertura dos riscos. A plena adaptação ao arcabouço regulatório de Basiléia III, em conjunto com a capacidade de gerar resultados, contribui para que a Cooperativa mantenha índices de capital estáveis, com folga de capital em patamar confortável, em relação ao mínimo regulatório.

Os fluxos de capital são um aspecto importante na análise de vulnerabilidades. A composição do capital da Uniprime Sul mostra que o nível de concentração de risco é muito baixo, sendo que o maior saldo de capital representa 3,64% da composição total. A estratégia de diversificação sinaliza que o nível de concentração está equilibrado.

As singulares do Sistema Uniprime contam com estrutura de política regulatória para monitoramento de capital, relatório semestral, e adicionalmente, publicam em seu site os dados referentes ao capital que visam a transparência e a saúde financeira da cooperativa.

d) Reserva Legal

O fundo de reserva das cooperativas de crédito é constituído de acordo com o artigo 28, inciso I, da Lei nº 5.764/71, e é destinado a compensar perdas e a atender ao desenvolvimento de suas atividades. Ao final do exercício as cooperativas são obrigadas a destinar no mínimo 10% das Sobras Líquidas do Exercício, sendo que esse percentual pode ser aumentado se deliberado por Assembleia Geral Extraordinária e homologado por meio do Estatuto Social. Para a cooperativa, o percentual utilizado é de 30% das sobras líquidas do exercício, conforme o estatuto social.

No exercício de 2025 a cooperativa realizou a transferência de R\$ 22.426,33 para Reserva Legal conforme determina o artigo 17-D da LC 130/09, alterada pela LC 196/22. Trata-se dos saldos de capital a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos decorridos 5 (cinco) anos da demissão, da eliminação ou da exclusão.

e) Reserva de contingência

Constituída conforme determinação da Assembleia Geral Ordinária de 03 de abril de 2012 visando a proteção da Cooperativa em face de contingências e adversidades com a carteira de crédito, ações trabalhistas e demais processos judiciais.

Em Assembleia Geral Ordinária de 2025, o fundo recebeu um aporte de R\$ 124.336,50 e no encerramento do exercício de 2025 foi aprovada na 398ª reunião do Conselho de Administração a absorção do impacto decorrente da implementação da Resolução CMN nº 4.966/21, mediante dedução do fundo no valor de R\$ 1.536.414,62.

f) Sobras ou Perdas Acumuladas

As sobras acumuladas do exercício de 2024 foram destinadas conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 29 de abril de 2025. O saldo de R\$ 2.041.720,14 representa o resultado da Cooperativa no exercício de 2025.

Ressalta-se que, do montante das sobras acumuladas, o valor de R\$ R\$ 76.093,08 refere-se à absorção de dispêndios relacionados à assistência técnica, educacional e social (FATES), em conformidade com o disposto na NBC ITG 2004.

Movimentação	31/12/2025
Saldo no início do exercício	1.243.365,01
Destinações das sobras do exercício anterior	
Distribuição de sobras para os cooperados	(1.119.028,51)
Distribuição fundo de contingência	(124.336,50)
Resultado do período - Operacional	1.905.390,01
Resultado do período - Não Operacional	136.330,13
Destinações e reversões	
Destinação legal - Fundo de reserva	(571.617,00)
Destinação legal - FATES Resultado com Ato Cooperativo	(95.269,50)
Destinação legal - FATES Resultado com Ato Não Cooperativo	(136.330,13)
Absorção FATES	76.093,08
Resultado do final do exercício	1.314.596,59

Nota 17 – Receitas da intermediação financeira
a) Receitas de operação de crédito

DESCRIÇÃO	31/12/2025
Rendas de adiantamentos a depositantes	226.388,29
Rendas de empréstimos	58.702.959,16
Rendas de direitos creditórios descontados	976.123,07
Rendas de financiamentos	4.717.038,31
Rendas de financiamentos habitacionais	1.288.621,65
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	161.962,30
TOTAL	66.073.092,78

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

DESCRIÇÃO	31/12/2025
Rendas de centralização financeira	17.124.053,09
TOTAL	17.124.053,09

Nota 18 – Despesas da intermediação financeira

a) Operações de captação no mercado:

DESCRIÇÃO	31/12/2025
Despesas de depósitos a prazo	(43.815.340,41)
Despesas de letras de crédito imobiliário	(10.218.282,90)
Despesas de letras financeiras	(16.056,02)
Contribuição FGCOOP	(633.874,65)
TOTAL	(54.683.553,98)

b) Provisão para perdas esperadas:

DESCRIÇÃO	31/12/2025
Operações de crédito	(4.955.132,13)
Compromissos de crédito	(115.458,44)
Garantias financeiras prestadas	(23.141,79)
TOTAL	(5.093.732,36)

Nota 19 – Outras receitas operacionais

a) Receitas de prestação de serviço:

DESCRIÇÃO	31/12/2025
Receitas de tarifas - PN e MEI	64.157,16
Receitas de tarifas - PJ	45.234,00
Receitas por serviço de pagamento	1.823.747,23
Receitas de cobrança própria	49.507,21
Comissões sobre seguros	419.588,44
Comissões sobre serviços	70.501,56
Outros Serviços	50.367,00
TOTAL	2.523.102,60

b) Outras receitas operacionais:

DESCRIÇÃO	31/12/2025
Recuperação de encargos e despesas	95.187,35
Outras rendas operacionais	5.473,35
Rendas de processamento SPB	27.811,74
Rendas convênio cartão	551.546,63
TOTAL	680.019,07

Nota 20 – Outras despesas operacionais

a) Despesas de pessoal:

DESCRIÇÃO	31/12/2025
Honorários	(1.718.072,23)
Proventos	(3.945.890,68)
Encargos Sociais	(1.894.377,99)
Benefícios	(1.630.159,56)
Treinamentos	(33.437,09)
Estagiários	(6.605,35)
TOTAL	(9.228.542,90)

b) Despesas administrativas:

DESCRIÇÃO	31/12/2025
Água, Energia e Gás	(128.541,11)
Aluguéis	(769.810,88)
Comunicação	(131.169,22)
Manutenção e Conservação de Bens	(495.455,74)
Material	(81.627,54)
Processamento de Dados	(2.014.763,42)
Promoções e relações públicas	(485.414,02)
Propaganda e Publicidade	(99.837,50)
Seguros	(83.403,47)
Serviços do Sistema Financeiro	(411.437,65)
Serviços de Terceiros	(455.725,09)
Vigilância e Segurança	(516.893,83)
Serviços Técnicos Especializados	(650.899,47)
Transporte	(85.346,46)
Viagens	(180.065,31)
Outras Despesas Administrativas	(1.874.014,73)
TOTAL	(8.464.405,44)

c) Despesas tributárias:

DESCRIÇÃO	31/12/2025
Despesas com tributos estaduais	(844,58)
Despesas com tributos municipais	(6.170,56)
Contribuição ao PIS/PASEP ¹	(46.244,09)
TOTAL	(53.259,23)

(1) Contribuição para o PIS/PASEP com base na folha de salários, à alíquota de 1%.

d) Aprovisionamento e ajustes patrimoniais:

DESCRIÇÃO	31/12/2025
Amortização	(2.708,04)
Depreciação	(596.815,80)
TOTAL	(599.523,84)

e) Outras despesas operacionais

DESCRIÇÃO	31/12/2025
Despesas relacionadas as transações de pagamentos	(1.386.790,07)
Descontos concedidos em operações de crédito	(317.310,95)
Despesas de juros sobre o capital social	(3.352.153,26)
Despesas de contingências	(80.000,00)
Outras despesas operacionais	(552.505,82)
Outras despesas - risco operacional	(71.710,06)
TOTAL	(5.760.470,16)

Nota 21 – Partes relacionadas

Parte relacionada é a pessoa ou a entidade que se relaciona de maneira relevante com a cooperativa. A cooperativa deve divulgar a natureza do relacionamento, montante das transações, prazos e condições, garantias dadas ou recebidas e provisão para crédito de liquidação duvidosa. Destacamos entre as nossas partes relacionadas a Uniprime Central e os membros estatutários.

a) Uniprime Central

A Cooperativa possui uma relação de filiação com a Uniprime Central, cuja participação no capital social é de R\$ 4.704.034,64 em 31 de dezembro de 2025. Entre as obrigações da Uniprime Sul com essa relação, destacamos: subscrever e realizar as cotas-partes do capital social na Central e satisfazer pontualmente seus compromissos financeiros com a Uniprime Central.

A Uniprime Central tem a função de normatizar, controlar e padronizar todas as atividades operacionais e tecnológicas das singulares filiadas. A Central administra o Sistema de Tecnologia denominado Sistema de Tecnologia Uniprime – STU.

b) Membros Estatutários

Remuneração: Na Assembleia Geral Ordinária, realizada anualmente é estabelecida a remuneração para a Diretoria Executiva, Conselho de Administração e para o Conselho Fiscal. Em assembleia realizada em abril de 2024 foi aprovado para a Presidente do Conselho de Administração e Vice-presidente do Conselho de Administração um limite máximo mês de pró-labore de R\$ 40.281,02 e R\$ 1.413,63 de diária de viagem quando representando a cooperativa ou participando de reuniões, cursos, congressos e similares. Para a Diretoria Executiva foi aprovada a remuneração global anual de R\$ 1.141.650,00. As cédulas de presença dos conselheiros de administração e fiscal por dia trabalhado dedicado à Uniprime Sul ficaram assim

definidas: R\$ 1.600,00 válida para todos os membros do Conselho que compareçam à reunião.

Operações Ativas e Passivas:

Foram realizadas transações com membros estatutários na forma de depósitos, operações de crédito, capital social e outros serviços. As taxas e prazos oferecidos para estes membros são condizentes com as usufruídas pelos demais cooperados da nossa cooperativa.

Demonstramos o montante de operações ativas e passivas com membros estatutários:

NATUREZA DA OPERAÇÃO	31/12/2025	% EM RELAÇÃO DO TOTAL
Operações de Crédito	1.370.682,54	0,41%
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(23.544,96)	0,23%
Operações Ativas	1.347.137,58	
Depósitos	26.440.774,23	6,03%
Capital Social	1.168.679,13	3,28%
Operações Passivas	27.609.453,36	

Outras Partes Relacionadas

Outras partes relacionadas é representada por familiares próximos (pais, filhos e cônjuges) de membros estatutários, com potencial influência de alteração do capital destes.

NATUREZA DA OPERAÇÃO	31/12/2025	% EM RELAÇÃO DO TOTAL
Operações de Crédito	10.394.942,38	3,08%
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(174.710,24)	1,68%
Operações Ativas	10.220.232,14	
Depósitos	47.591.019,65	10,85%
Capital Social	2.246.189,08	6,31%
Operações Passivas	49.837.208,73	

Nota 22 - Índice de Basiléia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR) compatível com os riscos de suas atividades, e de acordo com a Resolução CMN nº 4.606, artigo 12, o requerimento mínimo de patrimônio exigido em relação à ponderação de ativos é de 12% na data-base das demonstrações.

Apresentamos abaixo o realizado para o exercício findo:

DESCRIÇÃO	31/12/2025
Patrimônio de referência	49.320.689,52
RWA total (Regime Prudencial Simplificado)	325.795.079,50
Patrimônio requerido	39.095.409,54
Índice de Basiléia	15,09%

Nota 23 – Passivos contingentes

Passivos Contingentes não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração.

Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes, em observância ao Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela resolução nº 3.823/2009 do Conselho Monetário Nacional.

Em 31 de dezembro de 2025 a Uniprime Sul consta como Ré em 5 processos cíveis e 1 processo tributário classificados com probabilidade de perda possível, amparada na opinião dos assessores jurídicos da cooperativa, que representam um passivo contingente no total de R\$ 147.817,77.

Nota 24 - Implementação da Resolução CMN nº 4.966/21

A partir de 1º de janeiro de 2025 foram implementadas as mudanças necessárias para garantir conformidade regulatória e a adequada mensuração do risco de crédito, conforme disposto na Resolução CMN nº 4.966/21.

Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela referida resolução foram registrados no patrimônio líquido, em contrapartida à conta de sobras ou perdas acumuladas, pelo valor líquido dos efeitos tributários, conforme demonstrado a seguir:

Sobras ou perdas acumuladas em 31 de dezembro de 2024	1.243.365,01
Ajustes de transição no Patrimônio Líquido	
Perda esperada para operações de crédito	(1.505.292,85)
Provisão para perdas com obrigações com instrumentos financeiros	(37.892,58)
Ajuste <i>Stop Accrual</i> – rendas de inadimplência	6.770,81
Efeito dos ajustes de transição no Patrimônio Líquido	(1.536.414,62)
Sobras ou perdas acumuladas em 31 de janeiro de 2025	(293.049,61)

Na 398ª reunião do Conselho de Administração foi aprovada a absorção do impacto decorrente da implementação da Resolução CMN nº 4.966/21 no valor de R\$ 1.536.414,62 mediante dedução da reserva para contingências.

Os impactos apresentados refletem as mudanças necessárias para garantir conformidade regulatória e a adequada mensuração do risco de crédito, assegurando a transparência e a consistência das informações financeiras da Cooperativa.

Erechim – RS, 31 de dezembro de 2025.

DocuSigned by:
Miguel Fernando Celich
D4B24D81AFF8451...
Miguel Fernando Celich
Diretor de Operações

DocuSigned by:
Vania Balestrin
25DD3D2D7202439...
Vânia Maria Bez Balestrin
Diretora de Mercado e Desenvolvimento

DocuSigned by:
Géssica Benicio Felipe
B8DAEB7FBCFB40D...
Géssica Benicio Felipe
Contadora
CRC: PR – 066.344/O-6